

## **MODERNIDADE E EDUCAÇÃO ENTRE ILUSTRAÇÃO E ROMANTISMO**

Amarildo Luiz **Trevisan** – UFSM

Geraldo Antonio da **Rosa** – UNIPLAC

Agência Financiadora: CNPq/CAPES

### **Resumo**

O artigo procura esclarecer certos conflitos em que incorre a educação seguindo os preceitos do reconhecimento. Para isso, parte da divisão proposta por Charles Taylor em seu monumental escrito “Hegel” (1975), quando denota a existência de duas forças contrárias presentes no coração da modernidade: o espírito do Romantismo, por um lado, e o da Ilustração ou do Iluminismo, por outro. A partir da correlação dessas ideias com as filosofias de Rousseau e Kant, o artigo pergunta: Como refletir a educação para além dos panópticos do sistema, próprios das políticas públicas de avaliação hoje hegemônicas globalmente? Ou então, como desenvolver a resistência a políticas equivocadas sem cair nos riscos do romantismo? Dessa forma, procura articular a consideração à expressividade com a objetividade das normas e procedimentos no campo das pesquisas acadêmicas, bem como na melhoria das campanhas educativas de mudança da mentalidade social.

**Palavras-chave:** modernidade, expressivismo, objetividade, teorias da educação, formação de professores.

## **MODERNIDADE E EDUCAÇÃO ENTRE ILUSTRAÇÃO E ROMANTISMO**

### **Considerações iniciais**

O trabalho pretende estabelecer algumas conexões entre expressivismo e objetividade na educação sob os códigos hegelianos da teoria do reconhecimento do outro. Para isso, serve-se de algumas reflexões de Charles Taylor extraídas de seu famoso livro “Hegel” (publicado pela Cambridge University Press, em 1975), mais tarde acompanhado de uma versão condensada denominada “Hegel e a sociedade moderna” (1979). Com esses textos, Taylor auxiliou decisivamente a voltar a atenção

para o filósofo alemão de Stuttgart no universo anglo-saxão, em especial nos Estados Unidos.

Charles Taylor é contemporâneo de Michel Foucault (1926), Jürgen Habermas (1929), Jacques Derrida (1930) e Richard Rorty (1931), tendo nascido em Montreal, Canadá, em 1931. Como são filósofos da mesma geração, compartilham preocupações comuns do século XX e início do século XXI; uma era que a humanidade foi colocada em xeque e conheceu os limites do chamado “progresso sem fim”. Sua infância e juventude se deu no conflito de duas culturas no Canadá, a inglesa e a francesa, e o desenvolvimento intelectual se deveu muito à instância acadêmica realizada em Londres, Inglaterra, na década de 50. Nesse período, além de realizar cursos da graduação ao doutorado identificados com as humanidades, ajudou a organizar a esquerda através do envolvimento com alguns intelectuais, o que culminou na fundação da Revista New Left. Fruto de seu trabalho, surge a contribuição pioneira para o renascimento da teoria hegeliana do reconhecimento, através do artigo “A política de reconhecimento”, publicado em uma obra coletiva por ele organizada, intitulada “Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento”.

Ele é tido na tradição anglo-saxônica como um comunitarista, ou seja, enquanto teórico que defende a importância da comunidade política como espaço definidor de ações ativas, contrário à visão dos liberais que acreditavam num espaço pré-político de autonomia acontextual (HOLMES, 2007, p. 42). Mesmo imerso nesse debate, suas preocupações se aproximam bastante dos teóricos frankfurtianos, ao questionar a racionalidade instrumental e administrada e buscar inspirações em Hegel para fazer uma crítica aos desvios da modernidade.

A hermenêutica de Hegel difere, porém, de leituras que o recebiam como um autor ligado ao universo abstrato, como a famosa tese marxista de que os filósofos até agora somente interpretaram o mundo, e, portanto, lido a partir de referenciais externos. Fundamentalmente, Taylor procura fazer uma apreciação do filósofo alemão a partir dele mesmo. Nisso descobre um autor que pensa os conceitos enquanto encarnados na história, isto é, ligados à concretude dos fatos históricos. Essa inversão permite fazer uma análise a contrapelo, interpretando o próprio Marx vinculado às reivindicações da corrente expressivista.

Nesse sentido, Taylor denota na filosofia de Hegel a existência de duas forças de pensamento atuando de forma contrária na modernidade: uma que defende a racionalidade de procedimentos, a disciplina e o controle, características do pensamento Iluminista. E uma força oposta, que pretende desenvolver a expressividade, a espontaneidade e a força interior humanas, e que encontrou guarida especialmente no movimento do Romantismo. Essa fonte esteve aliada ao movimento *Sturm und Drang*, o qual defendia o primado da expressividade e da subjetividade individual sobre o racionalismo, que encontrou acolhida em diversos autores.

Es por esto que aquellos pensadores que se mantienen en una tradición romántica o expresivista de cualquier género, discípulos de Rousseau, o de Tocqueville, o de Marx, ya sean socialistas, anarquistas, partidarios de la «democracia participativa», o admiradores de la antigua polis como Hannah Arendt, todos le son extraños a la sociedad occidental moderna (TAYLOR, 2010, p. 473).

Mas até que ponto alguns fenômenos na educação contemporânea podem ser evidenciados nessa perspectiva? Acreditamos que a retomada do pensamento de Hegel por Taylor, se não é uma solução, representa pelo menos algumas balizas interessantes para interpretar as posições da educação atual, onde elas se encontram no amplo panorama da modernidade.

Desse modo, em um primeiro momento pretendemos neste trabalho: (I) Situar, com alguns detalhes, o diagnóstico hegeliano da modernidade na ótica de Taylor. A seguir, (II) ilustrar o modo como atuam as duas forças que conduzem a modernidade em disputa, na correlação com as filosofias de Jean-Jaques Rousseau e Immanuel Kant e sua articulação do ponto de vista da proposta hegeliana. Posteriormente, (III) apresentar algumas implicações da adesão da educação, quando se aferra unicamente a um desses procedimentos. E, por último, (IV) extrair algumas consequências dessas reflexões para as teorias da educação e a formação de professores na trilha do reconhecimento do outro.

### **Romantismo e Ilustração na luta por reconhecimento**

Na apresentação do livro “El espíritu de la Ilustración”, Tzvetan Todorov relembra o espírito que sustenta a proposta do projeto da modernidade nessa dimensão:

Las grandes ideas de la Ilustración no tienen su origen en el siglo XVIII: cuando no proceden de la Antigüedad, su rastro se remonta a la Eda Media, el Renacimiento o la época clásica. La ilustración absorbe y articula opiniones que en el pasado estaban en conflicto. (...) La Ilustración es racionalista y empirista a la vez, tan heredera de Descartes como de Locke. Acoge en su seno a los antiguos y a los modernos, a los universalistas y a los particularistas. Se apasiona por la historia y por el futuro, por los detalles y por las abstracciones, por la naturaleza y por el arte, por la libertad y por la igualdad. Los ingredientes son antiguos, pero la mezcla es nueva. Lo importante es que durante la Ilustración las diferentes ideas no sólo armonizan entre sí, sino que también salen de los libros y pasan al mundo real. (TODOROV, 2014, p. 9).

Duas características da Ilustração chamam a atenção nessa passagem. Primeiro, a ideia de que o seu projeto é conciliador das contradições ou diferenças por excelência, ou seja, a modernidade é um tempo de reconciliação ou de reconhecimento fundamentalmente e, segundo, que essa harmonização provoca a saída do discurso para o campo da prática. No entanto, Charles Taylor em seu extraordinário livro “Hegel”, complementado em seu trabalho posterior “Hegel e a sociedade moderna”, procura mostrar o porquê a modernidade não prosperou nesse sentido, ou melhor, o porquê se desviou de sua rota original e não conseguiu encontrar a articulação necessária de seus conflitos.

Em princípio, segundo Taylor, Hegel teria percebido a existência de duas fontes de reflexão opostas atuando na modernidade: a força do Romantismo, que preconiza uma idealização da natureza e acredita ser ela constitutiva do ser humano e uma corrente que aposta fortemente na sua separação da natureza. Essa última estaria comprometida com o que a Ilustração defende e que encara o ser humano como uma peça da natureza objetivada, sujeita a controles e monitoramentos constantes. O Romantismo representaria uma reação forte a essa perspectiva, na medida em que o homem é parte do meio natural. Hegel idealizava a experiência da antiga Grécia como lugar onde ocorreu essa perfeita simbiose ou integração dos seres humanos com seu entorno natural.<sup>1</sup>

Ao ser arrancado dessa condição de prisioneiro da natureza, o distanciamento ocorre com o intuito de incluir o ser humano no processo de civilização. Porém, isso

---

<sup>1</sup> Ao se aproximar de uma interpretação expressivista de Hegel, Taylor recebeu algumas críticas, especialmente por ter confundido o expressivismo da antiguidade grega com o modo moderno (BRIONES; LEYVA, 2010, p. XIII).

acontece sob o signo ou ao custo da perda do contato com seu lado mais espontâneo e natural. Esse dado tem a ver com a perda daquela ingenuidade natural que caracteriza o indivíduo que vive em estado de perfeita harmonia com o seu entorno. Resulta um ser conformado à grande máquina do sistema, sujeito a todo tipo de controle e classificação e compreendido, conseqüentemente, segundo métodos de quantificação, os quais reprimem seu potencial expressivo, criativo e corpóreo. Produz-se então um choque entre esses dois tipos de pensamento, a oposição da razão e da moralidade, por um lado, que entra em conflito com a vida em comunidade e de total comunhão com a natureza, por outro.

Esse embate não permanece aberto simplesmente na modernidade, segundo a interpretação tayloriana de Hegel, mas houve uma evolução ou adaptação dessas dimensões de pensamento em certo sentido. A ideia de integração do ser humano com a natureza migra para a esfera privada da sociedade, alimentando condutas e pensamentos com ênfase na realização pessoal de indivíduos e grupos. Já o outro modo de pensar, que entende a natureza de maneira objetiva e distanciada, transita para a esfera pública, contornando as exigências de controle de tempo, ordem, postura e disciplina de acordo com os conhecimentos úteis, criando uma sociedade regida pela ordem social burocrática. Por isso, conclui Taylor: "A sociedade moderna, poderíamos dizer, é romântica em sua vida privada e imaginativa, e utilitária ou instrumentalista em sua vida pública, efetiva" (2005, p. 93). É importante salientar que essa divisão não é tão nítida quanto parece. Ela serve mais para fins analíticos, uma vez que, conforme veremos mais adiante no caso da publicidade, periodicamente uma das esferas lança mão das demandas de outra para se manter e se perpetuar, atuando de forma unilateral.

Como são vários autores em jogo em ambas as tendências, iremos nos concentrar de ora em diante no tratamento dessa questão a partir da contraposição entre as filosofias de Rousseau e Kant.

### **Liberdade racional e unidade expressiva com a natureza**

Kant (1724-1804) se preocupou em estabelecer regras e procedimentos para conhecer com fundamentação cognitiva e prática, baseado na separação epistemológica entre sujeito e objeto, a qual consolidou o isolamento do homem da natureza, enquanto

Rousseau questiona justamente esse distanciamento, a antítese fundamental criada entre a natureza do homem e o desenvolvimento da civilização. Tal questionamento também foi proposto por Herder e chegou até Marx, por isso o desafio da filosofia hegeliana é unir essas duas tendências:

Esta gran significación atribuida a Herder lleva a Taylor, además, a comprender la intención del proyecto de Hegel como una gran tentativa por establecer una unidad entre Rousseau, Kant y Herder – esfuerzo que se prolongaría, según Taylor, incluso hasta el propio Marx - y no tanto como un intento por superar la oposición entre la antigüedad y el mundo moderno y, de ese modo, las tensiones y los conflictos del propio mundo moderno (BRIONES e LEYVA, 2010, p. XIV).

O desafio para Hegel é hercúleo, vez que implica combinar a liberdade racional e autorregulada do sujeito kantiano com a unidade expressiva com a natureza, conforme defendem Herder, Rousseau e o próprio Marx. Rousseau (1712-1778) dedicou a sua vida intelectual a mostrar o quanto o distanciamento da vontade humana em relação à natureza foi prejudicial e o quanto a vontade deveria fazer falar a natureza através da voz do coração. Por isso, de acordo com Taylor, tanto Rousseau e Herder, quanto os seus seguidores românticos:

Ellos experimentaron esta visión de las cosas como un destrozamiento de la unidad de la vida en donde la naturaleza debía ser al fin la inspiración y el motivo que forzara al pensamiento y a la voluntad. No era suficiente que la naturaleza proveyera el mapa para la voluntad, la voz de la naturaleza debía hablar a través de la voluntad (2010, p.20).

Disso resulta uma teoria contrária às dicotomias clássicas de corpo e alma, espírito e natureza, que foi legada por Descartes. Diferente de Kant, Rousseau não aceita a separação entre sensibilidade e entendimento, o que fez Hegel se aproximar mais dele do que de Kant, pois assim o ser humano estaria mais completo. Nesse sentido, o pensamento de Rousseau, enquanto teórico expressivista, auxilia na compreensão da teoria hegeliana como essencialmente antidualista. Sua filosofia é amante não só da natureza, mas também da liberdade, e foram esses elementos que contribuíram fundamentalmente para a sua incorporação à filosofia hegeliana.

Nesse esquema de pensamento, levar ao fim a decisão de todos significa pôr em prática a liberdade humana via vontade geral, mas para se tomarem decisões em seu nome não se pode admitir instituições representativas. As instituições devem buscar

uma participação universal que tome em conta a vontade de todos. A partir dessa perspectiva, o estado deve ser *expressão* da vontade geral, portanto. Por isso Rousseau é considerado o pai das democracias diretas ou participativas, que vão além da ideia de pura representação.

Rousseau se antecipa no combate da perspectiva humana concebida a partir da Ilustração, colocando como eixo central a liberdade moral, sendo que Kant assume uma postura mais radical nesse sentido:

La figura principal en esta revolución de la libertad radical es sin duda Immanuel Kant. Rousseau en muchos sentidos anticipó la idea, pero fue la formulación de Kant, ese gigante entre los filósofos, la que se impuso, entonces y todavía ahora. En un trabajo filosófico tan poderoso y rico en detalle como la filosofía crítica de Kant, el rastreo de cualquier tema singular implica mucha simplificación, pero no es mucha distorsión decir que la reivindicación de esta subjetividad moral radicalmente libre fue una de las principales motivaciones de la filosofía de Kant (Ibid., p. 26).

Desse modo a vontade do indivíduo não está determinada por uma normativa exterior, nem somente pela busca do interesse individual ou coletivo. É o imperativo categórico que confere autonomia como único princípio de todas as leis morais, de tal forma a ser ele a determinação da livre vontade de forma legislativa e simplesmente universal, pois, sendo máxima, deve ser capaz.

Além da ideia de subjetividade como liberdade radical, um outro motivo é fundamental para definir a filosofia kantiana enquanto ligada ao movimento da Ilustração que buscou a separação do homem da natureza: a distinção entre fenômenos e coisa em si.

La brecha epistemológica entre el hombre y la naturaleza se expresa en su forma más conocida con la distinción kantiana entre fenómenos y <<cosas en sí mismas>>. Las últimas eran para siempre y por principio incognoscibles. Hegel dirige una poderosa polémica contra la <<cosa en sí misma>> kantiana. Y el argumento final es éste: ¿cómo puede haber alguna cosa más allá del conocimiento, algo que esté más allá de la mente o del Geist, si el Geist es en última instancia idéntico con toda la realidad? (Ibid., p. 101)

O Iluminismo deixa profundas marcas ao estabelecer a natureza como um conjunto de fatos e neles a própria natureza humana de forma objetiva, criando, na visão

de Taylor, uma fissura entre a natureza enquanto instrumento e a vontade que atuava nesse plano. Nesse sentido, a nova liberdade é concebida como referencial da autoexpressão, sendo ameaçada por todas as forças contrárias dos mecanismos que a tolhem.

Ao comentar o escrito juvenil hegeliano “Maneiras de tratar cientificamente o direito natural”, Ramos (2011) deixa mais clara a diferença da sua posição em relação a Kant e Rousseau. Nesse trabalho, Hegel caracteriza três modos diferenciados de tratar o direito natural: o empirista de Hobbes, Locke e Rousseau, o formalista de Kant e Fichte, e o modo especulativo, atribuído a si próprio. O equívoco do modo empírico de conceber o direito natural radica-se no fato de que os indivíduos particulares estão em permanente conflito uns com os outros, não possuindo um vínculo entre si. Para que isso aconteça, é preciso uma força externa e coercitiva, própria do Estado. O Estado em si tem como pressuposto de suas ações a arbitrariedade e o consentimento dentro da perspectiva contratualista, uma vez que o papel do contrato é obter que as vontades individuais cheguem a um acordo. Sendo assim, as forças exteriores agem para a manutenção da coesão social e por isso serão sempre arbitrárias, o que leva Hobbes a assumir um estado Leviatã todo poderoso, ou então à posição expressivista de Rousseau, que requer uma formatação do Estado como expressão da vontade geral. Já o modo formalista de Fichte e Kant incorre no mesmo erro, ao admitir a ideia da coerção para garantir a unidade, o que supõe relações de exterioridade.

É por isso que, no aspecto referente à participação universal por meio do contrato social, Taylor enfatiza em Rousseau a defesa de uma forma de associação em que o homem possa entrar e obedecer a si próprio e seja tão livre quanto antes. Salienta ser a vontade geral e os processos de participação os procedimentos por excelência para harmonização da sociedade. Com isso, o papel arbitrário do estado é neutralizado e as ações daí emanadas irão ao encontro da igualdade fundamental em todos os processos decisórios, buscando o consenso.

A Ilustração de certa maneira trilha na direção de um ser humano dentro da concepção utilitarista e, em função disso, Taylor entende Hegel próximo da concepção de Estado que Rousseau propugna em sua obra “Contrato Social”, na direção da igualdade de todos perante a lei. O homem se corrompe ao participar da sociedade que caminha de acordo com os preceitos da racionalidade universal própria do objetivismo.



Porém Hegel avança em termos de filosofia política, e não apenas reforça o pensamento contratualista, ao admitir que a proposta de Rousseau de um estado sem representação, sem estruturas legislativas, não o tornaria operatório, ou seja, inviabilizaria o seu funcionamento. É preciso criar diferentes funções no Estado:

En otras palabras, para que exista realmente en la historia una comunidad humana política, incluso emanada de una voluntad general ha de encarnarse en algunas instituciones; pero las instituciones implican diferenciación, la interrelación de los hombres que están relacionados de manera diferenciada con el poder (TAYLOR, 2010, p.160).

Hegel reconhece em Rousseau o ponto de partida baseado na concepção de um homem essencialmente bom em sua natureza e espontaneamente altruísta, porém não compartilha com a ideia de que o estado de natureza também o seja. Na verdade, entende que esse estado representa uma ameaça constante, pois como nele não há qualquer regramento, a vida humana se encontra permanentemente em risco. É nesse sentido que Hegel afirma em sua obra “Enciclopédia das ciências filosóficas”:

El derecho de la naturaleza es, por tanto, la existencia de la dureza y la supremacía de la fuerza; y un estado de naturaleza es un estado en el que se ejerce violencia y carece de derecho; un estado del que no se puede decir nada más verdadero que *hay que salir de él*. La sociedad por el contrario es más bien el único estado en el que tiene su efectiva realidad el derecho; lo que ciertamente hay que limitar y sacrificar es la arbitrariedad y la violencia propios del estado de naturaleza (1997, p. 532-533).

Para se opor aos contratualistas, que defendiam a exterioridade da natureza, Hegel rompe com a ideia do contrato em troca da ideia de uma “vida ética orgânica”. A vida ética seria “a unidade do estado de natureza e da majestade (do Estado)”, de tal forma que não há nada de absolutamente exterior à liberdade humana, sendo o Estado expressão da “natureza ética absoluta” (RAMOS, 2011, p. 99). Na exterioridade da natureza prevalecem relações de dominação e submissão e essas somente serão superadas com a entrada nas relações de eticidade, em que cada um *reconhece o outro* como livre e igual. Taylor expressa assim esse pensamento: “En lugar de estar disperso entre diversos deseos e inclinaciones el sujeto moralmente libre debe ser capaz de mantenerse integrado en sí mismo por decirlo así, y hacer con su decisión un compromiso total” (TAYLOR, 2010, p.26). Hegel tem consciência de que a separação da natureza é um ganho em termos de liberdade racional, no sentido de libertação das

imposições da própria natureza, da sociedade, da autoridade do soberano, de Deus ou do destino, e que isso não tem mais volta. O desafio é reconciliar a autonomia racional, oriunda do disciplinamento do seu impulso interior, que o tornou um ser livre, com a unidade representada pelos mesmos poderes acima (TAYLOR, 2005).

A sua resposta ao desafio de harmonizar as forças antagônicas sem retorno ao passado é o de que essas dicotomias não são apenas opostas, mas também idênticas ao seu oposto, isto é, quando elas atuam isoladas acabam se tornando semelhantes, o que compreendemos ser pela sua ineficácia. Mas a identidade deve incluir a identidade da diferença, sem que isso implique um retorno à unidade primitiva do bom selvagem. Desde essa perspectiva, elas mantêm uma unidade por meio da oposição, o que fortalecerá a ambas e permitirá que alcancem a plena força, ou seja, é o conflito devidamente harmonizado que irá fortalecê-las e não o contrário (Ibid., p. 65).

A seguir, faremos uma incursão pelo campo da educação, tentando apresentar algumas implicações da sua adesão a esses procedimentos, especialmente no sentido do combate à exclusão dos imperativos românticos em nome dos controles sistêmicos ou de sua captura por intermédio da indústria cultural.

### **Força dionisíaca da natureza *versus* demandas da sociedade utilitária na educação**

Na perspectiva da busca do entendimento das linhas que permeiam os processos educacionais, assim como outras áreas do conhecimento, a educação moderna se encontra dividida internamente entre a contemplação de um espírito romântico, que, fiel aos princípios da *Bildung* - nascida no berço do Romantismo -, acredita na relação fraternal do ser humano com a natureza, consigo próprio e com os outros a partir do desenvolvimento das forças psíquicas e interiores humanas, por um lado. E a perspectiva contrária, que defende o controle pelo sistema da compreensão do conhecimento, por intermédio de avaliações e outros procedimentos, por outro. Enquanto a última proposta pretende estabelecer disciplinas e regras para o processo pedagógico se adequar à produtividade vigente, a primeira defende que não há uma bússola para o conhecimento e que o ideal é o indivíduo mesmo descobrir as suas próprias regras e buscar a autorrealização. Dessa forma, mesmo sem entender completamente, os sujeitos se orientam por regras que eles mesmos vão criando ao

longo do processo de ação, ou se aferram à lógica do saber como bússola, para se guiar pelos meandros dos acontecimentos.

Encontramos rastros dessa primeira tendência moderna, entre outras, nas propostas das “reformas compreensivas” (CARREÑO; COLMENAR; EGIDO; SANZ, 2008), do “construtivismo” e da expressão “pensamento sem corrimões” em Hannah Arendt (LUDWIG, 2013), e do conceito de “amorosidade” em Paulo Freire (1998; 2000) que advogam uma natureza humana boa, solidária e avessa a controles externos. Já a segunda dimensão da modernidade está consolidada nas atuais políticas do governo de controle dos sistemas e unidades de ensino, tendo o efeito de reger e qualificar o processo de produção, transmissão, avaliação do conhecimento e distribuição de recursos.

Mas até que ponto a educação não está tomada por certo utilitarismo, deixando de lado a tendência oposta do expressivismo? Como refletir a educação para além dos panópticos do sistema, próprios das políticas públicas de avaliação hoje hegemônicas globalmente? Ou melhor, como desenvolver a resistência a essas políticas, porém sem cair nos riscos do romantismo? O resultado da exclusão dos valores românticos expresso na política de desvalorização da expressão da vontade geral e de valores universais, em nome da meritocracia, levou a um impasse no progresso da ciência, o qual é descrito por Todorov do seguinte modo:

Desde muchos puntos de vista nuestro tiempo ha pasado a ser el del olvido de los fines y el de la sacralización de los medios. El ejemplo más claro de esta radicalización nos lo ofrece quizá el desarrollo de la ciencia. No se incentivaré y se financiará el trabajo científico porque sirva directa o indirectamente a finalidades específicamente humanas – la felicidad, la emancipación o la paz -, sino porque prueba el virtuosismo del estudioso (TODOROV, 2014, p. 96).

No entanto, os valores ligados ao expressivismo se tornaram tão dissociados dos processos de avaliação da pesquisa que a educação não tem poder para reuni-lo, ou melhor, a educação não tem a força de coesão social capaz desse esforço prometeico, mas ela pode oferecer a sua contribuição crítica. Também não compete a suas estratégias de atuação, para ter o efeito desejado, simplesmente opor uma dimensão à outra, como se fosse suficiente jogar, por exemplo, a expressividade do processo formativo contra a autonomia do eu e o regramento de condutas. De nosso ponto de

vista, o que lhe compete é redefinir as suas estratégias de intervenção e oposição, redirecionando demandas de maneira interna aos próprios processos.

Em realidade, a exclusão dos valores ligados ao Romantismo na pesquisa esteve muito mais a serviço do sufoco à autonomia, à criatividade e à própria autoexpressão da universidade, dado que: “A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc.” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Deve haver êxito na educação, mas esse afã avaliativo das políticas em curso tem se revelado, na verdade, bastante inócuo. Poderíamos nos perguntar, por exemplo, sobre o porquê o Brasil não obteve até o momento a conquista de nenhum prêmio Nobel e não estamos com nenhuma universidade situada entre as 100 melhores do mundo nos *rankings* internacionais. Ou então, como o faz Chauí, sobre o que se produziu de novo num determinado campo do conhecimento, diante de tanto aparato de controle:

Penso que se poderia acrescentar aqui: as cifras sobre a quantidade e a velocidade dos conhecimentos, as cifras provenientes da publicação de artigos nos quais são apresentadas descobertas científicas, pode levar-nos ainda a uma outra reflexão, qual seja: a quantidade de descobertas implicou uma mudança na definição de uma ciência? (Ibid., p. 09)

Assim, seria o caso talvez de demonstrar o quanto esse tipo de estratégia é falho ao não se aliar à expressividade do ser humano, às forças do coração, diria Rousseau, que prevêm o desenvolvimento harmônico, psíquico e espiritual, para se concentrar apenas em avaliações “externas”. Desse modo, o reconhecimento da dimensão expressivista ou romântica na pesquisa poderia levar ao incentivo do gosto da investigação e da descoberta do novo. Despertaria com isso o interesse da criança e do jovem pela ciência e a cultura e não exatamente o controle do quanto se aprendeu via processo transmissivo exclusivamente.

### **A captura do ideal romântico pela exploração da indústria cultural**

As empresas produtoras de tabaco lançam mão de estratégias para a manutenção do consumo do cigarro em alta através das propagandas, as quais lembram

reivindicações próprias do expressivismo ou romantismo. Já as campanhas antitabagistas expõem órgãos de pessoas afetadas em cartazes ou nas carteiras de cigarro, com o intuito de criar consciência dos malefícios do cigarro para a saúde. Ao dissertar sobre a predominância das estruturas do racionalismo sobre os imperativos românticos da vida privada, Taylor acaba tocando indiretamente nessa questão quando assevera:

Contudo, a predominância cotidiana dessas estruturas coletivas sobre o romantismo privado é evidente na exploração das imagens românticas de realização para manter as engrenagens da indústria funcionando, por exemplo em grande parte da propaganda contemporânea (2005, p. 93-94).

Em função da mentalidade que se instaurou na sociedade, influenciada pela indústria cultural a publicidade envolve a relação com as imagens de apelos sedutores e românticos. Giacomini Filho e Caprino (2006, p. 4) vão detalhar que, no século XX, houve primeiro a utilização de “figuras de mulheres nuas ou sedutoras”, a partir dos anos 50 “a virilidade masculina” e, mais tarde, “a idéia de glamour aliada ao cinema” como estratégia das indústrias para o incentivo ao vício do cigarro através da propaganda.

As propagandas publicitárias proliferaram com a utilização em larga escala dos apelos da estética portanto, porém o seu enfrentamento é realizado pela contrapublicidade de cigarros através do emprego de armas da normatização das condutas, as quais lançam mão da autonomia do eu para que o indivíduo tenha vida longa e saudável. Significa querer diminuir o vício do tabaco contrapondo-se à estética, baseado no preceito do que representa o ato de deixar de fumar em termos de ganhos para a saúde. Ou seja, as campanhas de combate ao consumo do tabaco estão trabalhando com os códigos de uma dimensão contrária à outra (a objetividade contra o expressivismo). O que ocorre é o indivíduo consumidor não se reconhecer nas imagens que aparecem nas propagandas antifumo: “Expurgado de atividades relacionais, o outro que é retratado em sua dramática condição enfermiza nos maços de cigarro não lhe diz respeito” (SILVEIRA; PIENIZ; FRAGA, 2010, p. 112).

Ao expor a experiência do Canadá no combate ao consumo do tabaco, que passou pelos mesmos processos de exposição dos órgãos de pessoas danificadas nas carteiras de cigarro, Susan Sontag chega à conclusão semelhante. Ela diz que um estudo

apontou a probabilidade de uma pessoa deixar de fumar, ao contemplar essas imagens nas carteiras, era de 65 vezes mais do que se constasse apenas uma advertência escrita sobre os seus efeitos nefastos aos fumantes. Porém, sua crítica a esse expediente é que a comoção pela visão daquelas imagens horrendas pode desaparecer com o tempo, pois as pessoas possuem meios que as protegem de contemplar imagens desagradáveis, simplesmente não as mirando mais: “Esto parece normal, es decir, adaptación. Al igual que se puede estar habitual al horror de la vida real, es posible habituarse al horror de unas imágenes determinadas” (2014, p. 73).

Há a necessidade do envolvimento da educação com as campanhas de prevenção a mudanças de comportamento, no sentido da melhoria dos resultados para baixar o seu consumo, o que poderia impactar no progresso da convivência democrática. Sendo assim, o vício de cigarro não poderia ser melhor combatido com os apelos do próprio campo da estética? Ou seja, se as campanhas alertassem para o quanto é feio fumar, que não há *glamour* nenhum em deixar o ar poluído, roupas mal-cheirosas ou dentes e dedos amarelados, não seriam mais eficazes em seus objetivos? “Nesse sentido, o hábito de fumar teria ingredientes lúdicos e simbólicos poderosos, que, se usados no sentido da dissuasão, poderiam redundar em efeitos mais positivos nas campanhas antitabagistas” (GIACOMINI FILHO; CAPRINO, 2006, p. 5).

Percebemos desse modo a distinção e também a identidade entre essas duas forças aparentemente opostas, pois assim como elas estão em conflito, se encontram identificadas na sua ineficácia, enquanto agem de forma isolada uma da outra, o que implica a necessidade de reconhecimento e de reconfiguração na relação entre ambas.

## **Conclusões**

Neste trabalho procuramos evidenciar os aparatos cognitivos que estão por trás de duas forças de pensamento da modernidade, impulsionando-as. É claro que essa é uma apropriação um tanto restrita do pensamento de Taylor, que exige investigações posteriores para a sua devida complementação. Hegel é o pai da teoria do reconhecimento porque percebeu a presença dessas forças na modernidade (Romantismo e Ilustração) e propôs uma saída, considerada por Taylor importante até hoje:

Mas a tensão em nossa civilização hoje provém do fato de que não podemos e não queremos abandonar totalmente a tendência racional e tecnológica de nossa sociedade, derivada do Iluminismo, embora sintamos constantemente o apelo das aspirações à autonomia radical e à unidade expressiva. Um pensador que tentou combinar as três coisas tem algo a nos dizer que os meros protagonistas da rebelião romântica não tem (TAYLOR, 2005, p. 94-95).

Porém, cabe questionar: o que resulta para as teorias da educação e a formação de professores atualmente se entendermos os conflitos que as perpassam por esses processos? A partir dessas reflexões, deriva para a educação uma demanda que tenta dar conta das suas insuficiências, enquanto pensadas exclusivamente. No instante em que prevalece somente a oposição entre essas duas formas de pensar, não há reconhecimento, ainda não existe uma verdadeira humanidade, porque ora o ser humano é dominado pela força da natureza, ora pela força da racionalidade. Só se tem a humanidade toda quando ocorre o passo do reconhecimento de uma pela outra, quando se dá importância à percepção emocional, subjetiva ou privada e, ao mesmo tempo, objetiva e social.

As teorias da educação e a formação de professores apontam claramente a situação de conflito, sobretudo quando apostam unicamente na relação do professor com o estudante como horizonte exclusivo de possibilidade para que haja uma melhoria dos problemas que a educação enfrenta. Os mestres que guiam suas condutas inspiradas no horizonte de estima e consideração ao educando tendem a obter mais êxito em sua prática diária, mas isso por si só não é suficiente. É preciso ir além das reivindicações puras e simples dos métodos ativos de construção do conhecimento pelo aluno, caso contrário a progressão continuada, o construtivismo, as reformas compreensivas e outras fórmulas de retirada dos controles na educação teriam obtido pleno êxito. E mesmo havendo a necessidade constante do questionamento a regras de disciplinas e de autoridade das normas, não é preciso aderir ao lado oposto simplesmente, assim como para favorecer um modelo de ensino não é necessário desacreditar totalmente o outro.

Precisamos interrogar os fenômenos de adesão à prática imediata e às avaliações sistemáticas de ranqueamento das instituições de ensino, como se pudéssemos produzir conhecimento em série sem adesão aos entornos desfavoráveis e a sua transformação. A educação é parte de um sistema mais amplo, carente de mudanças interiores e exteriores. Por isso ela precisa questionar as campanhas de modificação da mentalidade

social, como as de prevenção das mortes no trânsito, consumo de bebidas alcoólicas ou cigarros, entre outras, pois isso lhe diz respeito diretamente. Sem essa contribuição, tais campanhas continuariam operando no nível da guerra de *marketing* sem fim, que não provoca uma mobilização ou movimento mais amplo da sociedade que poderia lhe oferecer sustentação.

Os panópticos do sistema, próprios dos modelos de controle e avaliação da qualidade dos processos de ensino deveriam, nessa perspectiva, incorporar a sensibilidade aos diferentes contextos, a relatividade da recepção cultural e o incentivo à atividade e à criatividade dos estudantes. Seria mais produtivo para a educação, nesse caso, um apego ao idealismo romântico, seja que nome ele tiver - a ideia da transformação social ou do indivíduo (auto) cultivado, por exemplo, posto que tais dispositivos potencializariam o desenvolvimento de sistemas, instituições e indivíduos de dentro para fora, e não somente de fora para dentro como sugerem as “avaliações externas”.

O reconhecimento do outro é um *modus operandi* muito importante para as teorias da educação e a formação de professores, que lhes auxilia provocando mudanças externas e internas ao mesmo tempo. Embora não seja uma fórmula simples, porém algo muito exigente, ele funciona no nível do entendimento sobre a base da busca, aceitação e reconhecimento da diferença. Portanto, o efeito educativo sobre o comportamento de indivíduos ou grupos depende de um ato racional, porém combinado com a influência do meio ambiente natural.

### **Referências:**

BRIONES, Pablo Lazo; LEYVA, Gustavo. Prólogo. In.: TAYLOR, Charles. **Hegel**. Traducción de Francisco Castro Merrifield, Carlos Mendiola Mejía, Pablo Lazo Briones. - Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Uníversidad Iberoamericana; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.

CARREÑO, Miryam (Ed.); COLMENAR, Carmen; EGIDO, Imaculada; SANZ, Florentino. **Teorías e instituciones contemporáneas de educación**. Madrid: Ed. Síntesis Educación, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.24, p. 5-15.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GIACOMINI FILHO, Gino; CAPRINO, Mônica Pegurer. **A propaganda de cigarro**: eterno conflito entre público e privado. UNESCO - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo - SP. Brasil - 9 a 11 de outubro de 2006 - Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ef/GT1-\\_COMSAuDE-\\_03-\\_A\\_propaganda-\\_Monica.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ef/GT1-_COMSAuDE-_03-_A_propaganda-_Monica.pdf)> Encontrado em 24/01/2015.

HEGEL. **Enciclopedia de las ciencias filosóficas**. Edición, introducción y notas de Ramón Valls Plana. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

HOLMES, Pablo. A modernidade como dilema entre a eticidade e a moralidade: a crítica de Charles Taylor à teoria do discurso. **Controvérsia**. V. 3, n. 2, p. 42-52 (jul-dez 2007).

LUDWIG, Cristiane. Educar sem corrimões? A formação em tempos de ruptura com a tradição. **Inter-ação (UFG. Impresso)**, v. 38, p. 519-535, 2013.

RAMOS, Cesar Augusto. Hegel e a crítica ao estado de natureza do jusnaturalismo moderno. **Kriterion**, Belo Horizonte, nº 123, Jun./2011, p 89-104.

SILVEIRA, Ada C. M.; PIENIZ, Mônica; FRAGA, Pauline N. Lugares de captura: reificação e consumo na indústria cultural. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo. Vol. 7, N. 18, mar. 2010, p. 105-124.

SONTAG, Susan. **Ante el dolor de los demás**. 3ª ed., Trad. de Aurelio Major. Barcelona: Liberdúplex, 2014.

TAYLOR, C. (Org.). **Multiculturalismo**: examinando a política do reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, s.d., p. 45-94.

\_\_\_\_\_. **Hegel**. Traducción de Francisco Castro Merrifield, Carlos Mendiola Mejía, Pablo Lazo Briones. -Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Uníversidad Iberoamericana; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Hegel e a sociedade moderna**. Trad. Luciana Pudenzi. São Paulo, SP: Eds. Loyola, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **El espíritu de la Ilustración**. Traducción de Noemí Sobregues. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2014.